CURSO DE DIREITO CIVIL

Parte Geral e LINDB

2020
F224c Farias, Cristiano Chaves de
v. 1.
960 p.

Bibliografia.

Sumário

Palavras Prévias 18ª edição................................................................. 21
Apresentação ..................................................................................... 25
Prefácio ............................................................................................ 27

Capítulo I

Introdução ao Direito Civil ................................................................. 29
1. Noções conceituais sobre o direito e a Ciência do Direito ....................... 30
2. Accepções da palavra direito .................................................................. 33
   2.1 Noções gerais .................................................................................. 33
   2.2 Direito objetivo e direito subjetivo ..................................................... 34
   2.3 Direito potestativo .......................................................................... 36
   2.4 Direito positivo (e pós-positivismo jurídico) e o direito consuetudinário: as duas grandes tradições jurídicas mundiais ...................................................... 38
   2.5 Direito natural ................................................................................ 41
3. Instrumentos de Controle Social .......................................................... 42
4. Divisão do Direito (clivagem entre o Direito público e o Direito privado) ......................................................... 43
5. O Problema da Unificação do Direito Privado e a Evolução da Codificação no Direito Civil Brasileiro ........................................................................ 47
6. O Código Civil de 2002 e os seus Paradigmas (os valores da codificação brasileira) ......................... 51
   6.1 Os paradigmas (ou diretrizes) do Código Civil de 2002 ..................... 51
   6.2 A nova técnica normativa do Direito Civil brasileiro: as cláusulas gerais e os conceitos jurídicos indeterminados no Código Civil de 2002 ..................................................... 52
   6.3 A socialidade .................................................................................. 54
   6.4 A eticidade .................................................................................... 57
   6.5 A operabilidade ou concretude .......................................................... 61
7. Conceito (Constitucionalizado) de Direito Civil e a sua Sistematização ......................................................... 62
8. Procurando Um Significado para o Direito Civil Constitucional (A Constitucionalização do Direito Civil e a Civilização do Direito Constitucional) ................................................................. 66
9. A Aplicação dos Direitos Fundamentais (Constitucionais) nas Relações Privadas (A Chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais) .............................................................................. 76
10. A Aplicação dos Tratados e Convenções Internacionais no Âmbito das Relações de Direito Civil (eficácia supralegal das convenções internacionais ou convencionalização do direito civil) .......... 80
11. A Eficácia (horizontal) dos Direitos Sociais nas Relações Privadas e a tese do Estado de Coisas Inconstitucional – ECI ...................................................................................... 85
12. O Diálogo das Fontes como Mecanismo de Aplicação das Normas de Direito Privado .................... 89
13. Princípios do Direito Civil e as suas Tendências Contemporâneas .................................................... 93
   13.1 A propalada bipartição das normas jurídicas: as regras e os princípios .......................................................................................................................... 93
   13.2 A distinção entre texto, norma, interpretação e aplicação ................................................................. 97
   13.3 A inexistência de hierarquia normativa entre princípios e regras .......................................................................................................................... 98
13.4 Os princípios e a técnica de ponderação de interesses (técnica de balanceamento) aplicada no Direito Civil .......................................................... 100
13.5 A aplicação das normas-regras e a excepcional possibilidade de derrotabilidade (super-rabilidade ou defensability) nos extreme cases (casos extremos) .................. 104
14. A aplicação do Direito Civil e os desacordos morais razoáveis .................................................. 112
15. OS Princípios do Direito Civil e as suas Tendências Contemporâneas .................................. 115

Capítulo II

A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro ........................................... 121
1. Noções Gerais ......................................................................................................... 122
2. As Fontes do Direito .............................................................................................. 126
  2.1 Considerações introdutórias ............................................................................. 126
  2.2 Fontes materiais, formais e não formais ......................................................... 126
  2.3 Fontes imediatas e mediatas ............................................................................ 127
3. Interpretação das Normas ....................................................................................... 131
4. A Necessária e cuidadosa distinção entre Texto, Norma, Interpretação e Aplicação ........ 138
5. Integração das Normas .......................................................................................... 139
6. Vigência das Normas .............................................................................................. 148
7. A Obrigatoriedade das Normas ............................................................................ 156
8. A Eficácia das Leis no Tempo ............................................................................... 158
9. Eficácia das Leis no Espaço ................................................................................... 166
  9.1 A aplicação da lei estrangeira e o princípio da territorialidade mitigada (moderada) .... 166
  9.2 O respeito à ordem jurídica brasileira como filtro para a admissão da legislação ou homologação da lei decisão estrangeira no território nacional .......................... 169
  9.3 A aplicação da sentença ou do laudo arbitral estrangeiro e a necessidade de exequatur (homologação) do Superior Tribunal de Justiça .......................................................... 171
  9.4 Prova dos fatos ocorridos no exterior .................................................................. 176
  9.5 O Direito das Famílias e a sua aplicação no espaço (Direito Internacional das Famílias) .... 177
10. A lei de introdução e a segurança jurídica das relações com a Administração Pública .......... 180
  10.1 Proibição de decisão baseada em valores jurídicos abstratos nas esferas administrativa, controladora e judicial .............................................................................. 180
  10.2 Indicação expressa dos efeitos da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa ............................................................................... 183
  10.3 Interpretação das normas jurídicas sobre gestão pública .......................................... 184
  10.4 Decisões sancionatórias (punitivas) ou de validade e sua necessária dosimetria .......... 185
  10.5 Mudança de interpretação ou orientação sobre as normas de direito público e a modulaçãoeficial ................................................................................................. 186
  10.6 Respeito à confiança: revisões relativas à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa devem se submeter à norma do tempo de sua celebração .......... 189
  10.7 Compromisso de ajustamento de conduta para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa ............................................................... 190
  10.8 Possibilidade de imposição de compensação ..................................................... 192
  10.9 Responsabilidade civil do agente público ........................................................... 193
Capítulo III

A Personalidade Jurídica e os Direitos da Personalidade ...................... 199

1. A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Fundamental do Ordenamento Jurídico Brasileiro ................................................................. 200

2. A Personalidade .................................................................................... 205

2.1 Generalidades ..................................................................................... 205

2.2 Espécies de pessoas ........................................................................... 206

3. A Personalidade Jurídica ...................................................................... 208

4. Os Direitos da Personalidade ............................................................... 211

4.1 Breve escoço histórico ........................................................................ 211

4.2 Noções conceituais: das velhas definições ao dogma fundamental do Direito Civil-Constitucional ................................................................. 212

4.3 Fontes .................................................................................................. 214

4.4 Características .................................................................................... 216

4.5 As liberdades públicas e os direitos da personalidade ....................... 221

4.6 A possibilidade de colisão entre os direitos da personalidade e a liberdade de imprensa, ou a liberdade de expressão, e o critério de solução adequado (inadmissibilidade do hate speech) e o direito de resposta ........................................... 222

4.7 A liberdade de expressão, os direitos da personalidade e a publicação das biografias não autorizadas ......................................................... 229

4.8 O direito (da personalidade) ao esquecimento .................................... 233

4.9 A proteção dos direitos da personalidade e a insuficiência dos argumentos clássicos: a tutela avançada (preventiva e repressiva) dos direitos da personalidade .............................................................. 240

4.10 A proteção da personalidade da pessoa morta e os lesados indiretos .... 249

4.11 Classificação dos direitos da personalidade ..................................... 252

4.11.1 Noções gerais: não taxatividade dos direitos da personalidade ...... 252

4.11.2 Cláusula geral de proteção da personalidade: o direito à vida (digna) como pressuposto dos direitos da personalidade ................................. 254

4.11.3 Proteção da dignidade da pessoa humana e o combate ao bullying .... 255

4.11.4 Direito à integridade física ................................................................ 256

4.11.5 Direito à integridade psíquica (moral) ................................................. 290

4.11.6 Direito à integridade intelectual ....................................................... 318

5. O Nome Civil ......................................................................................... 334

5.1 Noções conceituais e características .................................................. 334

5.2 Elementos componentes do nome civil ............................................ 340

5.3 O princípio da inalterabilidade relativa e as hipóteses de alteração do nome civil ................................................................. 343

5.4 Hipóteses controvertidas de mudança do nome civil .......................... 350

5.5 A tutela jurídica do nome civil (procedimento para a proteção do nome) ................................................................. 357

5.6 O uso de nome social ........................................................................... 358

5.7 O nome comercial ................................................................................ 359

5.8 A tutela jurídica do nome civil ............................................................ 360
Capítulo IV

A Pessoa Natural

1. Noções Conceituais sobre a Pessoa Natural
2. O Início da Pessoa Natural
3. O Tratamento Jurídico do Nascituro
4. Possibilidade de responsabilidade civil da gestante por condutas prejudiciais ao nascituro durante a gravidez?
5. O Tratamento Jurídico do Embrião Laboratorial (in vitro)
6. A Capacidade Civil: A Capacidade de Fato (ou de Exercício), a Capacidade de Direito (ou de Gozo) e a Teoria das Incapacidades
   6.1 Noções gerais sobre a capacidade jurídica
   6.2 A distinção entre a capacidade jurídica e a legitimação
   6.3 A capacidade de direito e a capacidade de fato
   6.4 A nova teoria das incapacidades à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Brasileira de Inclusão)
   6.5 O tratamento jurídico dedicado à pessoa com deficiência pelo Direito Civil
   6.6 Hipóteses de incapacidades (à luz da Lei Brasileira de Inclusão)
   6.7 As pessoas com deficiência que podem exprimir vontade e o procedimento especial de Tomada de Decisão Apoiada (TDA)
   6.8 A situação jurídica das pessoas com deficiência que foram interditadas, sob o regime anterior, mas podem exprimir vontade (aplicação temporal da Lei Brasileira de Inclusão)
   6.9 Críticas (justas) à teoria das incapacidades
   6.10 O reconhecimento das incapacidades e a ação de curatela
   6.10.1 As incapacidades e a proteção da dignidade humana do interditando (a curatela em visão civil-constitucional)
   6.10.2 A extensão da curatela e os seus exclusivos limites patrimoniais e negociais (impossibilidade de curatidar situações existenciais)
   6.10.3 A ação de curatela
   6.10.4 A validade dos atos praticados pelo incapaz antes da decisão de curatela
   6.11 Crítica ao sistema de incapacidades do Código Civil: uma nova perspectiva

7. A Cessação da Incapacidade e a Emancipação
8. O Estado Civil da Pessoa Natural
   9.1 Noções gerais
   9.2 A morte real como regra geral do sistema jurídico brasileiro
   9.3 A morte real sem cadáver (a morte presumida sem a declaração de ausência)
   9.4 O direito à morte digna e o testamento vital (diretivas antecipadas ou living will)
   9.5 A comoriência
   9.6 A ausência como presunção de morte e a sua declaração judicial
10. Domicílio da Pessoa Natural (Foro)

Capítulo V

A Pessoa Jurídica

2. Escorço Histórico .................................................................................................................. 485
3. Conceito e Elementos Caracterizadores ............................................................................. 486
4. Características ....................................................................................................................... 488
5. Natureza Jurídica .................................................................................................................. 490
6. Classificação ......................................................................................................................... 491
   6.1 Quanto à nacionalidade .................................................................................................... 491
   6.2 Quanto à estrutura interna ............................................................................................... 492
   6.3 Quanto às funções exercidas ............................................................................................ 507
7. Começo da Existência da Pessoa Jurídica .......................................................................... 512
8. Grupos Despersonalizados (ou Entes Despersonalizados) .................................................. 515
10. Domicílio ................................................................................................................................ 522
11. Responsabilidade Civil e Penal da Pessoa Jurídica ............................................................. 524
   11.1 Noções gerais e teoria da aparência .............................................................................. 524
   11.2 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito público ........................................ 526
   11.3 Responsabilidade civil da pessoa jurídica de direito privado ....................................... 538
   11.4 Responsabilidade penal da pessoa jurídica ................................................................. 539
12. Modificação da Pessoa Jurídica ............................................................................................. 541
13. Extinção da Pessoa Jurídica .................................................................................................... 543
14. Desconsideração da Personalidade Jurídica (disregard doctrine) ........................................ 546
   14.1 Noções conceituais e fundamento ................................................................................. 546
   14.2 Breve referência histórica ............................................................................................... 548
   14.3 Noções conceituais ........................................................................................................ 550
   14.4 As teorias maior e menor da desconsideração da personalidade jurídica ....................... 551
   14.5 Requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica ....................................... 554
   14.6 A desconsideração da personalidade jurídica no sistema jurídico brasileiro .................. 558
   14.7 Desconsideração inversa ................................................................................................ 562
   14.8 O caráter episódico do disregard doctrine .................................................................... 563
   14.9 Aspectos processuais da desconsideração da personalidade jurídica ............................. 564
   14.10 A desconsideração da personalidade jurídica e as offshore companies ....................... 569
   14.11 Desconsideração da personalidade jurídica e os atos ultra vires .................................. 569
   14.12 A desconsideração expansiva da personalidade jurídica ............................................. 570
   14.13 Aplicação da teoria do disregard no Direito das Famílias ............................................. 571
   14.14 Aplicação da teoria do disregard no Direito das Sucessões .......................................... 573
   14.15 Aplicação da teoria do disregard no âmbito do Direito do Trabalho ............................... 573
   14.16 Aplicação da teoria do disregard no âmbito da Administração Pública ......................... 576
   14.17 Desconsideração e a declaração de indisponibilidade de bens na liquidação extrajudicial de instituições financeiras .................................................................................. 578
   14.18 Subcapitalização e desconsideração da personalidade jurídica .................................... 579
   14.19 Desconsideração indireta da personalidade jurídica ..................................................... 580
# Capítulo VI

## Os Bens Jurídicos

<table>
<thead>
<tr>
<th>Nível</th>
<th>Capítulo</th>
<th>Título</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1.</td>
<td>1.</td>
<td>Considerações Gerais: o Objeto das Relações Jurídicas</td>
<td>582</td>
</tr>
<tr>
<td>2.</td>
<td>2.</td>
<td>Bem e Coisa: Divergências e Aproximações</td>
<td>586</td>
</tr>
<tr>
<td>3.</td>
<td>3.</td>
<td>Patrimônio Jurídico</td>
<td>588</td>
</tr>
<tr>
<td>4.</td>
<td>4.</td>
<td>Teoria do Patrimônio Mínimo da Pessoa Humana</td>
<td>591</td>
</tr>
<tr>
<td>5.</td>
<td>5.</td>
<td>Classificação</td>
<td>594</td>
</tr>
<tr>
<td>6.</td>
<td>6.</td>
<td>O Bem de Família</td>
<td>617</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### 6.1 O bem de família consubstanciando a teoria do patrimônio mínimo da pessoa humana (direito ao mínimo existencial) | 617 |

### 6.2 O bem de família no direito brasileiro | 618 |

#### 6.2.1 A dualidade de regimes | 618 |

#### 6.2.2 O valor família e a proteção do imóvel do devedor sozinho | 619 |

#### 6.2.3 Natureza jurídica do bem de família | 621 |

### 6.3 O bem de família convencional | 622 |

#### 6.3.1 Noções conceituais | 622 |

#### 6.3.2 Extensão da proteção | 623 |

#### 6.3.3 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família voluntário | 624 |

#### 6.3.4 Legitimacão para a instituição do bem de família convencional | 624 |

#### 6.3.5 Duração | 625 |

#### 6.3.6 A questão da solvência do instituidor | 626 |

#### 6.3.7 O Ministério Público e o bem de família | 626 |

### 6.4 O bem de família legal | 627 |

#### 6.4.1 Noções conceituais e a proteção do imóvel de menor valor se o devedor titularizar mais de um bem residencial | 627 |

#### 6.4.2 Alargamento do objeto | 628 |

#### 6.4.3 Constitucionalidade do regime legal do bem de família | 632 |

#### 6.4.4 Característica do bem de família legal | 633 |

#### 6.4.5 A extensão da impenhorabilidade somente aos bens de valor médio necessários a uma vida digna. A (im)possibilidade de penhora do imóvel único de elevado valor | 633 |

#### 6.4.6 Exceções à regra da impenhorabilidade do bem de família legal | 639 |
Capítulo VII
Teoria Geral dos Fatos Jurídicos

6.4.7 Retroatividade
6.4.8 Ampliação compreensão do núcleo familiar e a (des)necessidade de fixação de
residência efetiva
6.4.9 Alegação no processo
6.5 Redefinindo o bem de família legal: o bem da pessoa humana como expressão de seu
patrimônio mínimo (o bem de família da pessoa sozinha)

Considerações Preliminares

1. Distinção entre Fato Jurídico e Fato Material (Ajurídico) e a Lógica do Mundo Jurídico

2. Definição do Fato Jurídico

3. Classificação dos Fatos Jurídicos

4. Os Diferentes Planos do Mundo Jurídico

5. Consequências dos Fatos Jurídicos

6.1 Generalidades

6.2 Aquisição de direitos

6.3 Modificação dos direitos

6.4 Defesa dos direitos

6.5 Extinção dos direitos

7. Fato Jurídico em Sentido Estrito

8. Ato-Fato Jurídico

9. Ato Jurídico

10. Negócio Jurídico

10.1 Noções gerais

10.2 Definição

10.3 Características e breve esboço evolutivo

10.4 Classificação

10.5 Regras de interpretação do negócio jurídico

10.6 Diferentes planos (dimensões) do negócio jurídico

10.7 Plano da existência e seus pressupostos (elementos de existência)

10.8 Plano da validade e seus requisitos: a invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio
jurídico

10.8.1 Considerações gerais sobre o plano da validade

10.8.2 Os requisitos da validade

10.8.3 A representação no negócio jurídico

10.8.4 A invalidade do negócio jurídico

10.8.5 Conversão substancial do negócio jurídico

10.8.6 A simulação

10.9 Plano da eficácia e seus fatores

10.9.1 Generalidades

10.9.2 Condição
1. Prescrição e Decadência ...................................................................................................................... 801

1. Generalidades sobre o tempo nas relações jurídicas ................................................................. 802

2. A Prescrição ........................................................................................................................................ 804

2.1 Noções conceituais .......................................................................................................................... 804

2.2 Natureza da prescrição e a possibilidade de renúncia .............................................................. 808
Capítulo IX

A Prova do Negócio Jurídico (A Prova Civil e as suas Dimensões) .......... 859

1. Escorço Histórico e Importância ................................................................. 860
2. Noções Conceituais ..................................................................................... 862
3. Prova e Verdade: Reminiscências Imprescindíveis ....................................... 863
4. Direito Constitucional à Prova Civil ............................................................. 866
5. Natureza Jurídica das Leis Referentes à Prova: a Combinação das Regras do Código Civil com o Código de Processo Civil de 2015 .......................................................... 867
6. O Objeto da Prova ....................................................................................... 869
7. O Ónus da Prova ........................................................................................ 871
   7.1 Generalidades e a Teoria da Carga Probatória Dinâmica ....................... 871
   7.2 O ónus da prova no Código de Defesa do Consumidor ......................... 874
8. A Admissibilidade da Prova Emprestada .................................................... 876
9. O Juízo e a Atividade Probatória (os poderes do juiz na produção de provas e a admissibilidade de provas atípicas, como a prova cibernética e a análise da linguagem corporal) 878
10. A Prova do Direito Estrangeiro Quando Admitida a sua Aplicação ........... 880
11. A Questão da Prova Ilícita à Luz da Técnica de Ponderação dos Valores Constitucionais .......... 882
12. Licititude da Gravação de Conversa por um dos Interlocutores ............... 886
13. A Interceptação Telefônica e a sua Excepcional Admissibilidade em Sede Civil .... 887
14. Possibilidade de Requisição de Documentos e Informações Resguardadas por Sigilo Legal à Receita Federal, ao Banco Central do Brasil e às Instituições Bancárias .................................................. 888
15. A Revelia e a Prova ..................................................................................... 890
16. A Confissão ............................................................................................. 891
16.1 Generalidades
16.2 Natureza jurídica (a confissão como um ato jurídico em sentido estrito: sepultando a polêmica sobre o assunto)
16.3 A anulabilidade da confissão
16.4 A confissão realizada por quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados
16.5 A possibilidade de confissão pelo representante da parte
16.6 Não vinculação do magistrado à confissão
17. Prova Documental
17.1 Generalidades e uma nova concepção de prova documental, admitidos os documentos eletrônicos
17.2 Documento público
17.3 O documento particular
17.4 O telegrama e sua força probatória
17.5 Prova através de cópia fotográfica de documento e necessidade de autenticação oficial
17.6 Ausência do título de crédito ou do documento original e impossibilidade de suprimento de prova
17.7 Uso obrigatório do vernáculo nos documentos e as regras do Mercosul
17.8 Prova documental através de reproduções fotográficas, cinematográficas, registros fonográficos e reproduções mecânicas e a admissibilidade de fotografias digitais
17.9 Admissibilidade do documento eletrônico como prova documental
17.10 Livros e fichas dos empresários e empresas
18. Prova Pericial
18.1 Generalidades
18.2 Possibilidade de recusa à perícia médica
18.3 Perícia médica necessária e a não aproveitabilidade da recusa em submeter-se à perícia
18.4 Inaplicabilidade da regra legal a casos específicos de justificada recusa ao exame médico (homenagem ao princípio da proporcionalidade)
18.5 A presunção judicial gerada pela recusa e a inutilidade do art. 232 do Código Civil
19. Prova Testemunhal
19.1 Noções gerais
19.2 Admissibilidade da prova testemunhal
19.3 O direito ao silêncio da testemunha e das próprias partes
19.4 A produção de prova testemunhal por meios eletrônicos
19.5 Depoimento de uma única testemunha como meio de prova
19.6 O depoimento especial de criança ou adolescente
19.7 Condições de admissibilidade das testemunhas
19.8 A possibilidade de escusa legítima do dever de prestar testemunho
20. A ata notarial

Bibliografia